

ENTREVISTA – *DIAPHONÍA* – 2. NÚMERO – 2025

Nesse segundo número da *DIAPHONÍA* em 2025, a Revista entrevista o Professor Doutor Marcelo do Amaral Penna-Forte do Colegiado de Filosofia e que atuou no Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNIOESTE. O periódico, desde já, agradece o aceite do convite pela participação especial nessa edição.

D [*DIAPHONÍA*]

MAP [Marcelo do Amaral Penna-Forte]

D – O professor poderia reconstituir um pouco sobre sua biografia, formação e o que motivou o interesse pela área da Filosofia?

MAP – Minha formação se deve muito a uma instituição, tal como ela existiu num certo período. Em 1991, me mudei de minha cidade natal, Juiz de Fora, para Campinas, onde ingressei na Unicamp como aluno do Curso de Física. Meu trânsito para a Filosofia se deveu a interesses e desinteresses que surgiram a partir de então. Em que pesem os caprichos da memória, e embora eu tenha vivido questões pessoais agudas nesse período, intelectualmente esse percurso se deu sem sobressaltos. Aliás, daquela época até hoje – se posso me valer aqui da ideia de que nossa formação jamais se interrompe –, penso que revolve sempre um mesmo solo, ora com uma técnica, ora com outra, com certos debatedores aqui, outros ali. Contudo, é bom esclarecer essa passagem e é bom compreendê-la tendo ocorrido em uma instituição que foi planejada para ter o ensino como consequência da pesquisa e para possuir as condições e estrutura para permitir interdisciplinaridade. Esse foi o ambiente que penso ter me formado e ter sido minha *alma mater*.

Quanto ao desinteresse, talvez seja mais bem descrito como a descoberta de uma falta de vocação. No fim do primeiro ano, quando meus colegas começaram a se afiliar a algum projeto de pesquisa, elaborei um projeto de iniciação científica mais voltado à história da ciência, que abordava o exame de experimentos cruciais e, nele, me propus a reconstruir a prova de Foucault do movimento rotacional da Terra. Fui aconselhado a incluir algum elemento ‘mais instrutivo’, ou de caráter ‘mais prático’ à proposta e incluí a recensão de análises de erros em técnicas de medição da constante gravitacional em aparatos que usavam ou pêndulos ou queda livre. Com a ajuda do professor Carlos Lima, no início do ano seguinte, formou-se um grupo de alunos para levar a cabo a construção de um aparato para medir com precisão a gravidade com base em um modelo já ultrapassado, mencionado no projeto, utilizando-se componentes mais novos, miniaturizados e facilmente encontráveis. Vimos que o gravímetro, ao fim, envolvia outros elementos que o encareciam e, ao decidirem que não haveria como construí-lo, isso me liberou, não para meu projeto inicial, mas para um *tour*

‘mais prático’ por outros projetos realizados no IFGW. Foi aos poucos e com muita hesitação que vim a perceber que o dia a dia da pesquisa em Física não era o que me atraía e empolgava. Ao mesmo tempo, percebi que estaria sempre a escamotear um pêndulo de Foucault num gravímetro, barato e transportável, de alta precisão.

Nesse mesmo ano de 1992, outro professor, Roberto Luzzi, havia se rendido à empolgação de alguns de seus alunos na talvez menos pretensiosa disciplina do primeiro ano, intitulada, creio, “Física e Sociedade”. Havia uma espécie de moda intelectual em torno das teorias de caos determinístico e ele aceitou formar um grupo de estudos para termos uma visão geral de várias abordagens à complexidade sem conhecimento prévio de mecânica estatística ou outro ferramental mais robusto. Começamos lendo Bertalanffy e, com bastante liberdade, passamos de fractais à modelagem, de autopoiese à termodinâmica, da comunicação humana a simulações. Isso tudo em meio a artigos garimpados com títulos como “O quão aleatório é o arremesso de uma moeda?”. A mim, isso cativava a imaginação de alguém que tinha escolhido o curso de Física ingenuamente para compreender o mundo inteiro, “tintim por tintim”. Soava como a busca de um formalismo capaz de descrever a natureza em detalhes que, aparentemente, eram indescritíveis. Diminuída a empolgação do restante do grupo, o próprio Roberto me indicou a um seminário que era conduzido noutro lugar da universidade. Foi assim que eu descobri o CLE [Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência]. Lá, Michel Debrum promovia discussões sobre auto-organização e o próprio centro fora criado sob a égide da interdisciplinaridade. Não me lembro nada do primeiro encontro que participei, além de achar que tinha errado de sala e de ter ido em seguida conhecer sua biblioteca. Aquilo foi uma revelação. Participei do seminário por um tempo. Já a biblioteca, bem, não foi ela que motivou meu interesse pela Filosofia: foi lá que eu descobri que o nome dos meus interesses era “Filosofia”.

Em 1993, comecei a frequentar disciplinas no IFCH, algumas como aluno matriculado, outras não. Meu orientador na Física havia consentido que eu me matriculasse em Lógica no primeiro semestre. Acabei cursando a disciplina em uma turma que foi aberta para alunos do curso de Matemática lecionada pelo Walter Carnielli no mesmo CLE que eu já frequentava. No segundo semestre, conheci o Sílvio [Chibeni] e o Márcio [D’Olne Campos]. Com o primeiro, acompanhei como ouvinte uma disciplina e, com o segundo, completei muito mais do que quatro créditos em longas conversas. Ambos eram físicos de formação e estavam lotados no IFCH e, assim como a Fátima [Évora] e a Maria Eunice [Gonzalez] um pouco depois, outras físicas, me indicaram a imensa variedade de modos de abordar as ciências, as tecnologias e a natureza. No fim desse ano resolvi iniciar a graduação em Filosofia.

Todas as disciplinas eram monográficas, desde o primeiro ano. “Redação Filosófica” foi uma leitura de cerca de metade do “Novum Organon” com o [Roberto] Romano, “História da Filosofia Antiga I”, um curto diálogo platônico - o “Mênon”-, na última disciplina lecionada pelo [José] Cavalcante [de Souza]; “Filosofia Geral I e II”, três Meditações em cada semestre, com Fausto Castilho. Era muito comum os encontros servirem tanto de matéria da graduação como da pós e serem uma espécie de leitura conjunta. Os textos eram lidos com lupa, revirados, refeitos, referidos a seus contextos, a seus leitores, às suas tradições de interpretação e ampliados, enfim, pela erudição dos ministrantes. Ao final, costumávamos ter cerca de um mês para assentar as ideias e produzir um texto muito livremente impactado pelos encontros. Foi essa toada até o fim do curso. Eu procurava disciplinas que leriam algo de Aristóteles, Kant e dos empiristas britânicos, mas houve espaço para outros diálogos platônicos, para Tomás de Aquino, os nominalistas de Oxford, Galileu. Nunca tive um curso desses sobre Leibniz, mas fui ter uma experiência bem curiosa ao acompanhar uma disciplina do André Assis, no IFGW, sobre mecânica relacional, e servir de filósofo de plantão. Essa flexibilidade contrasta com algumas visões sobre que conteúdos devem necessariamente constar numa formação filosófica. Minha “Teoria do Conhecimento” foi exclusivamente sobre Althusser e já mais no fim do curso fiz disciplinas que se arrastaram por anos, em sequência, para ler Heidegger ou Wittgenstein apenas. Mais do que o domínio de um cânone, essa concepção de curso nos incentivava a buscar nossas próprias leituras e a realizá-las com o rigor que presenciávamos nos encontros das disciplinas. Por esse motivo, e pelas leituras de “Epistemologia da Física” e “Filosofia da Ciência” variarem com a oferta, cursei formal e informalmente essas disciplinas muitas vezes, com o Sílvio e o José Carlos [Pinto de Oliveira] – que viria a ser meu orientador tanto no mestrado quanto no doutorado. No meu último ano de graduação, realizei uma monografia – então uma disciplina optativa – que consistiu de resumos ou paráfrases dos capítulos do “Estrutura das revoluções científicas”, de Kuhn; terminei as leituras de Heidegger – Wittgenstein ainda iria durar um pouco mais –; comecei a participar de um seminário sobre a “Física” de Aristóteles e comecei a pensar em como faria o mestrado.

D – Acerca, agora, de sua trajetória de pesquisa iniciada com os estudos na área de História e Filosofia da Ciência. Quais as motivações que o levaram a trabalhar tais horizontes de pesquisa?

MAP – Embora eu tenha aproveitado bastante todo o Curso de Filosofia, meus interesses desde o início já gravitavam em torno do conhecimento e da ciência e, com isso, era ali que eu tinha certo domínio da literatura. À época, estamos aqui em 1998, eu queria que o mestrado me ajudasse a organizar essas leituras, mas

acabei aderindo incondicionalmente à tradição “um autor, um conceito”. O autor foi Thomas S. Kuhn e o conceito, a objetividade científica. Isso me ajudou a ter bastante segurança com uma leitura de Kuhn que o afastava dos radicalismos relativistas com os quais ele ainda era associado em muitos ambientes na década de noventa. Além disso, e talvez mais importante, uma vez que construí as noções de objetividade na obra kuhniana referindo-as explicitamente às discussões das quais Kuhn participava, seus interlocutores e os contextos bem definidos desses diálogos, acentuei uma sensibilidade para os aspectos pragmáticos, historicamente localizados e finitos da produção de sentido na reflexão filosófica. O José Carlos era um leitor rigoroso e um orientador que prezava muito a iniciativa do orientando, além de não limitar nossas conversas à dissertação apenas.

O doutorado foi uma experiência bem diferente, muito mais exploratória. O projeto é de 2000, mas os estudos que levaram à tese em 2006 foram caminhos sinuosos e não se encontra muito dele no resultado final. O que a mudança das expressões dos títulos, de “semântica da linguagem visual” para “iconografia científica”, revela é a transformação do meu modo de focar a questão da representação científica, deixando modos mais estreitamente ligados à Filosofia da Linguagem, e que orientaram a maior parte da Filosofia da Ciência no século XX, para acolher discussões em Filosofia da Mente, nas Ciências Cognitivas e nos Estudos Sociais sobre Ciência e Tecnologia. Conduzido por um tema, pela questão de compreender o papel das representações visuais na ciência, tive, enfim, a oportunidade de realizar a organização das minhas leituras e de perceber como me localizava diante da tradição filosófica. Enquanto eu escrevia a tese, se formava uma onda de interesse pelo papel dos modelos e pela questão mais geral das representações científicas. Acompanhá-la foi, e ainda é, *Leitmotiv* da minha atividade como pesquisador.

Com efeito, a maioria de meus assuntos recorrentes são traçáveis aos trabalhos do início do século. Quando chamo a atenção para [Michela] Massimi, é porque encontro nela uma experimentação sofisticada de avançar questões dessa época, sobretudo a partir de Giere. As observações sobre van Fraassen e Teller tem a ver com o modo como eles rerepresentaram sua obra pregressa para colocar em primeiro plano a questão da representação científica. Até mesmo as contribuições mais tangíveis, como os comentários sobre modelos epidemiológicos e sobre a ciência de um modo geral durante a pandemia de Covid-19, são informadas pelas ferramentas que foram polidas nessa época. Contudo, foram poucas as publicações nessa área. Seguramente, minhas produções de maior impacto são serviços à comunidade acadêmica, mais próximas aos trabalhos do mestrado e em torno de Kuhn, como a tradução de sua “Tensão Essencial”, pela Ed. Unesp, a edição, com Mauro Condé de um livro por ocasião dos 50 do “Estrutura”,

classificado no extrato de mais elevada qualidade pela Capes, e um dossiê mais recente, com Carlos Puig, para a revista “Em Construção”, da UERJ. A pesquisa em Filosofia, creio, nos leva tanto a elaborações mais originais para pensar o mundo que se nos mostra, como a nos responsabilizar pela constante reinterpretação de nossa própria história.

D – O professor atua, na UNIOESTE, desde 2008. Já foi coordenador do curso de graduação em Filosofia, além de atuar também junto ao Programa de Pós-graduação na mesma área da instituição. Que significado histórico-pessoal e acadêmico essa vivência lhe proporcionou?

MAP – São dezesseis anos de docência em Toledo. E docência, aqui, quer dizer ensino, pesquisa, extensão e administração. Tratarei rapidamente desse último aspecto primeiro.

Assumi a Coordenação de Curso do mesmo modo como participei e participo de diversas comissões, sabendo que esse é um modo com o qual a Unioeste se realiza como instituição democrática. Passei por mudanças de PPP, implementações criativas de normas estatutárias, regulamentos, centenas de resoluções, ordens de serviço e editais. E o que é pior: toda sorte de prazos inexecutáveis, urgências e contratempos, dignos de comprometer o jogo de cintura de qualquer repentista, jazzista ou sambista que se preze. O mundo codificado da instituição nem sempre está perfeitamente refletido nas práticas e atividades cotidianas. Não se trata de subversão, mas da relação entre uma longa e complexa descrição e uma de suas instanciações historicamente efetivada. Pude notar que sofro bastante com isso, mas que há também um outro lado. Tive de conversar mais com as pessoas da instituição, consegui restaurar o diálogo em situações conflituosas, ajudei a consolidar a centralidade da iniciativa discente nas deliberações colegiadas. Sobrevivi a isso, bem como o Curso sobreviveu a mim...

Quanto aos outros aspectos, tanto na graduação quanto na pós, sempre me senti bastante livre para atuar e para propor caminhos coletivos aos demais colegas. Mesmo assim, sinto que fui profundamente influenciado pela vivência na Unioeste. Acabei indo bem além da minha área original de interesses, às vezes apenas pela necessidade da instituição, mas, com o respaldo e o apoio oferecido, invariavelmente isso tem se revertido em crescimento acadêmico. Tenho alguns ex-orientandos que defenderam seus trabalhos em Kant ou em Filosofia da Linguagem, algo que não imaginava quando vim para cá. Também não me imaginava à frente de um PIBID, ainda mais de um que contasse com a presença da História e das Ciências Sociais.

Na graduação, em particular, aprendi com o tempo a estar mais atento ao fato de estarmos formando futuros professores. Também por causa da licenciatura, creio, aprendi a perceber melhor a situação dos alunos, especialmente ao lecionar Lógica. Nosso trabalho formativo não se realiza aqui sem um grande empenho dos alunos. É recompensador ver um discente terminar uma etapa de sua formação estando seguro dos conhecimentos que adquiriu e habilidades que desenvolveu e saber que isso não é o resultado apenas de uma instrução em que informações foram transmitidas, mas de um convívio que despertou interesse e motivação para aprender. Quando isso ocorre, e tem ocorrido muitas vezes, além de um ensino de qualidade, sobra uma gostosa sensação de dever cumprido.

Também tem sido gratificante em diversos aspectos conviver por um período mais longo com os colegas do curso e ver como uma instituição se constrói no tempo e incorpora o que há de melhor em diversas pessoas. O Simpósio de 2022 foi o primeiro evento presencial que promovemos após a pandemia de Covid-19. O grupo de professores promoveu encontros online, mas ali foi quando todos estavam próximos novamente. Foi um grande contraste que revelou que não éramos apenas livros ambulantes e troca de argumentos. Fato é que em 2023 eu estive incomumente atento à vida universitária e lembro de ter, no Simpósio de 2023, comentado com César [Battistti] que eu estava vendo a Filosofia na Unioeste como uma personalidade filosófica própria, algo que provém de seu trabalho diligente na formação de professores de Filosofia, suas grandes expectativas no PPG, a proximidade entre docentes e discentes, a imensa capacidade para assumir coletivamente as responsabilidades e uma história de 40 anos em uma cidade que tem menos que o dobro disso. Mas esse é um assunto que tenho de amadurecer.

15

D – Qual sua posição relativa à disciplina de Filosofia no ensino médio em face da atual conjuntura nacional? Quais as implicações do ponto de vista das políticas públicas?

MAP – A Filosofia faz a curadoria de um legado de modos de pensar. Tal legado é absolutamente indispensável em qualquer proposta de ensino médio ou em qualquer formato que a educação formal venha a assumir. Nesse sentido, ela sempre esteve presente e sempre estará presente nas escolas.

Deixe-me ilustrar isso com a área de Filosofia da Ciência. Ainda que as disciplinas de ciências tenham como objetivo caracterizar algum aspecto da natureza e/ou da sociedade, elas não podem abrir mão de caracterizar a própria ciência que apresentam, ou seja, de trabalhar conteúdos metacientíficos em sua programação. Seja ao falarem do método científico, dos expedientes de

representação científica (o que é uma lei, um modelo, uma teoria), de como essas representações evoluíram historicamente, ou da relação entre ciência e o contexto social mais amplo que a produz, os professores das disciplinas científicas apresentam questões que vão além da própria descrição da realidade, mas que são de natureza filosófica sobre o que é e como se dá a própria atividade científica. E isso é muito bom! Aliás, desde a criação e difusão das pós graduações em ensino de ciências, tais aspectos vêm se tornando cada vez mais presentes em sala de aula. Afinal, mais vale entender a dinâmica de um movimento de unificação teórica a partir do qual passamos a conceber eletricidade, magnetismo e luz como aspectos intimamente relacionados da natureza do que decorar a fórmula do solenoide. Esse pensamento pode ser estendido à relação da Filosofia com todas as demais disciplinas. O que seriam as disciplinas de Artes sem algo da Estética, de Matemática sem a Lógica ou as Ciências Sociais sem as reflexões da Ética?

Agora vem a questão sobre a *disciplina* de Filosofia, que é um desdobramento da questão do currículo. Quando se responde a uma pergunta como essa a partir da introdução que fiz, alguns são tentados a considerar a Filosofia como ocupando exclusivamente o espaço da transversalidade. Não é isso que defendo. Perceber a transversalidade da Filosofia é como perceber a transversalidade da Matemática, ou a inter-relação entre todas as disciplinas. Seguramente a Filosofia não precisa de um espaço próprio por ser estanque e independente das demais disciplinas, mas o caso é que nenhuma disciplina o é. Num sistema educacional onde tais divisões estão postas, tanto nas escolas quanto nas universidades, a divisão “Filosofia” decorre do mesmo processo histórico que consolidou o restante do currículo. Sem perder seu caráter transversal, mas justamente por tematizá-lo em sua própria identidade, a disciplina de Filosofia contribui com a formação dos alunos de um modo que lhe é peculiar. Direi novamente que ela é indispensável, mas agora à ambiciosa concepção de uma educação que vise ao “pleno desenvolvimento da pessoa humana”.

As questões filosóficas acompanham um amadurecimento. Com elas, os alunos são levados a reconhecer que alguns conceitos e formas de organizar o conhecimento são recorrentemente empregados na história e a perceber como podem ser operados para aglutinar suas próprias informações sobre a realidade, vindas de outras disciplinas ou de fontes externas à educação formal. Isso é dar sentido ao mundo e à vida. Imagino, sem ser demasiadamente presunçoso, que o ambiente de aprendizagem específico da filosofia é capaz de levar os alunos a experimentar e acostumar-se a pensar o mundo de modo aprofundado e significativo. Isso é mais do que pensamento crítico e consciência social, mas envolve ambos e atualiza capacidades humanas notáveis, como a curiosidade; a observação diligente; a atenção direcionada e persistente; o raciocínio

estruturado; o uso e criação de ferramentas analíticas; o autoconhecimento; a empatia e o discernimento; a antecipação de consequências; o poder de realizar ações deliberadas e fundamentadas.

Embora a necessária contribuição da Filosofia para o desenvolvimento pleno da cidadania também tenha sido reconhecido em políticas públicas recentes, cabe uma reflexão sobre a reação mais recente ao espaço por ela reconquistado nos currículos. O ataque às disciplinas de Filosofia e Sociologia, quando faz uso de argumentos baseados em acusações de doutrinação ou qualquer apelo a conteúdos específicos é, no mais das vezes, apenas uma forma de utilizar questões sensíveis, ou questões que gerem reações emocionais intensas, para avançar agendas de desinvestimento em educação. Ora, é justamente por não ser a repetição de dogmas que o ambiente das aulas de Filosofia mostra-se adequado a tematizar questões controversas e apresentar os múltiplos olhares sobre elas.

Fazer a Filosofia parecer irrelevante para a formação, ou até mesmo pernicioso, é uma das formas de atacar as concepções do papel da educação básica como um todo. Progressivamente, o direito à educação tem sido resignificado como direito a estar apto a cumprir um papel no sistema de produção. Alguns desses papéis não precisam de tanto investimento assim. Alguns, ainda, são mais bem desempenhados quanto menor for esse investimento. Embora isso valha para todas as disciplinas, o ataque à Filosofia, além de oportunisticamente adequado, é emblemático. Todos que acreditam na educação como instrumento de transformação deveriam expor esse movimento e mostrar que não se trata tanto de defender “a Filosofia”, mas de defender direitos de pessoas.

17

D – Qual a sua perspectiva para a Filosofia no país? Que desafios a área tem pela frente em meio a tantos ataques na seara, como um todo, das Humanidades?

MAP – O que ocorre na educação formal, ocorre também na educação não formal e na informal. Colocado dessa forma, vê-se a continuidade entre esta pergunta e a anterior. Se há forças políticas que agem para adequar escolas às suas agendas, é claro que promovem as mesmas agendas em âmbitos muito menos protegidos. Embora seja loucura defender que haja uma coordenação premeditada e explícita dessas forças, o caso é que elas se reforçam mutuamente e têm impactado de modo devastador a área da cultura que chamamos de Humanidades. É difícil não reconhecer que parte dessas ações são estratégias de controle que levam as formas de exploração ao seu estado “ótimo”. Outras são muito mais sutis e particularmente triste é perceber que, se as “vidas não examinadas” parecem hoje mais abundantes do que nunca, isso se deve à renúncia orgulhosa das aspirações de autoconhecimento e busca de sentido para a vida. A Filosofia e as

Humanidades são as formas mais elaboradas dessas aspirações em diferentes épocas. Elas nos explicam, nos mostram e nos levam a experimentar o que é habitar o mundo em toda sua riqueza. O que é ser forte, sábio e virtuoso; o que é ser frágil, louco e corrupto; o que é lutar, perder ou vencer; o que é viver, o que é morrer. Em suas múltiplas perspectivas, ora temos o poder de dominar a natureza e dobrá-la à nossa vontade, ora somos por ela conduzidos sem sequer nos darmos conta, ora somos levados a perder a distinção. É curioso que tenhamos pensado nelas como atividades que se caracterizam por possuir um valor próprio, independente de outras finalidades. O que presenciamos hoje é, justamente, a substituição do cultivo livre, criativo e emancipador dessas atividades por versões empobrecidas, contrapartidas capazes de cumprir funções específicas, adaptáveis aos modos atuais de produzir e distribuir a riqueza. Falamos da falta de apoio a manifestações culturais mesmo diante dos incontáveis recursos e talentos movimentados por uma indústria de entretenimento que, efetivamente, captura o interesse e a atenção das pessoas. Falamos de ausência de projetos de vida na juventude mesmo diante da simpatia já conquistada pelas promessas de um caminho fácil para realização pessoal, traduzidas em formas rápidas de acumulação patrimonial.

Embora tenhamos de compreender e encontrar nossa posição na configuração dos eventos atuais, não há motivos para esmorecer. Na década de noventa, o CLE organizou alguns dos encontros da ANPOF e deve ter havido um momento em que eu sabia de cor o telefone de todos os programas de pós-graduação em Filosofia. Hoje eles se multiplicaram. A variedade de temas, autores e abordagens considerados é enorme. Há cada vez mais iniciativas de levar a reflexão filosófica a condições e contextos específicos, mostrando a possibilidade de ela, também, fazer a diferença em muitas controvérsias e debates atuais. Vivemos um período de pujante curiosidade filosófica como nunca deve ter havido no Brasil. Aliás, nessa variedade encontramos os campos simbólicos da mudança e de um futuro melhor, que o próprio país tem mostrado almejar, mas se mostra incapaz de planejar e realizar. A Filosofia continua valiosa como sempre foi. A caravana passa.